



Disputas Pela Proposta Educacional no Processo Constituinte (1987-1988)

Felipe Borges Pache*, Lalo Watanabe Minto.

Resumo

O presente trabalho compreende os movimentos críticos à pedagogia dominante que emergiram na década de 1980 na educação e elaboraram uma proposta de construção da escola pública. Sua atuação se deu sobretudo diante da formulação da Constituição, momento em que o movimento se defronta com grupos de defesa da escola privada.

Palavras-chave:

Constituinte, Educação Pública, Conferências Brasileiras de Educação.

Introdução

A Constituição de 1988 é um marco que consolida o fim da ditadura militar e o início da Nova República. Nesse período, o movimento de educadores foi marcado por uma forte crítica à pedagogia tecnicista do regime militar e, em contraposição ao quadro precário da educação no período, atuavam na defesa da escola pública. (SAVIANI, 2013)

Ainda que a defesa da escola pública fosse majoritária entre os educadores mobilizados no período, principalmente através de Associações de caráter sindicais e acadêmicos, havia movimentos que atuavam na defesa da escola privada, especialmente relacionados aos grupos empresariais da educação e escolas confessionais (religiosas).

Resultados e Discussão

O grupo que atuava na defesa da escola pública ganhou grande relevância a partir das greves do funcionalismo público na década de 1980 contra a política de arrocho promovida pela ditadura. Essas mobilizações levaram à emergência de um setor de oposição nas associações de professores, alinhado por sua vez à ideia de um sindicalismo combativo. As disputas ocorridas no interior da APEOESP (Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) são um caso emblemático desse movimento. (PINHEIRO, 2015)

O ensino superior também teve grande relevância nessa mobilização. Entidades como CEDES (Centro de Estudos Educação & Sociedade), ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e a ANDE (Associação Nacional de Educação) tiveram grande atuação nos debates educacionais do período, principalmente ao organizarem as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs).

Foi a partir das CBEs que se formulou a *Carta de Goiânia*, documento que contém 18 princípios nos quais se fundamentou a luta dos educadores em defesa da escola pública na Constituinte de 1988, via atuação do FNDEP (Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública). Dentre esses princípios estava o restabelecimento de percentuais das receitas do estado destinados à educação pública e a gestão democrática.

Frente a esse movimento de educadores, organizaram-se setores que atendiam aos interesses privados de educação, como a AEC (Associação de Educação Católica do Brasil), CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade) e FENEN (Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), representantes de

grupos religiosos, comunitários e empresariais da educação. Esse grupo heterogêneo divergia em relação ao primeiro, principalmente, no que se refere à destinação dos recursos para a educação. Defendiam a possibilidade de que esses recursos pudessem ser destinados, também, às escolas privadas, além da presença do ensino religioso na escola pública.

Ainda que no interior das disputas pela elaboração da Constituição esse grupo tivesse uma expressão reduzida nas discussões das Comissões, adquiriu uma expressão maior a partir de sua atuação por *lobbies* sobre os parlamentares e também após a conformação de um grupo político dentro do Congresso conhecido como 'Centrão', que se organizou com o objetivo de barrar as propostas mais progressistas. (PINHEIRO, 2001)

Conclusões

A elaboração da Constituição foi objeto central da mobilização dos grupos que atuavam na área da educação no período de transição da ditadura à Nova República. Ainda que os grupos em defesa da educação pública passassem por uma grande efervescência com a derrocada do regime anterior, a estrutura conservadora do congresso colocou-se como grande empecilho para o avanço em questões centrais ao movimento, como a exclusividade do financiamento estatal para a escola pública. Ainda assim, logrou-se a garantia de reivindicações importantes e que serviram de base para a construção da escola pública no período subsequente.

Agradecimentos

Ao orientador do projeto, Lalo Watanabe Minto, e a agência financiadora do projeto, o CNPq.

¹ PINHEIRO, C. M. *O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e o princípio de gestão democrática na Constituição Federal de 1988*. Dissertação (mestrado) – Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124369>

² PINHEIRO, M. F. O Público e o Privado na educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, O. (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823 – 1988*. Campinas: Autores Associados, 2001. pp. 255-291.

³ SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

⁴ SHIROMA, E; MORAES, M.; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.